

Garimpo em Roraima será mantido

Nenhum dos 40 mil garimpeiros que exploram ouro em Roraima será retirado. A atividade que eles vêm exercendo, de forma ilegal, será agora organizada. Os que atuam em garimpos na Floresta Nacional de Roraima terão que se organizar em cooperativas ou se cadastrarem individualmente junto ao Governo do Estado. E aqueles que operam nas áreas dos índios Yanomami poderão ser transferidos para garimpos da floresta, se for constatado que eles causam "graves danos" às comunidades indígenas, até que o Congresso Nacional vote o Projeto de Lei que o Governo espera ter pronto dentro de uma semana, reregulamentando a exploração mineral em áreas indígenas. Já os requerimentos de pesquisa para estes dois tipos de área, encaminhados por empresas, estão automaticamente suspensos até que a futura lei defina a questão.

Todas estas informações foram dadas ontem pelo ministro das Minas e Energia (MME), Vicente Fialho, ao anunciar o resultado final das reuniões, realizadas ao longo da semana, que trataram do assunto. Vicente Fialho, considerou o resultado da reunião um grande avanço, já que com as medidas adotadas os estados e municípios terão condições de controlar com mais eficiência as taxas a serem recolhidas pelos garimpeiros. No caso do ouro, por exemplo o recolhimento é de um por cento sobre o valor da produção, ficando 70 por cento para o município onde o garimpeiro atua e 30 por cento para o governo do estado. Fialho lembrou que o dinheiro será usado na recuperação ambiental das áreas degradadas.

A aprovação da exploração do ouro em reservas indígenas pelo Congresso Nacional já conta com o apoio de um parlamentar, o deputado Alcides Lima, que é membro da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Alcides Lima apoiou todas as propostas apresentadas na reunião e disse que vai se empenhar para que elas sejam aprovadas o mais rápido possível dentro do Congresso Nacional.

O grupo de trabalho que vai trabalhar na elaboração do anteprojeto de lei é constituído por representantes da Funai, Ibama e Saden, e ainda o secretário-geral do Ministério das Minas e Energia, Antônio Carlos Holtz, o consultor jurídico, Francisco de Paula Pessoa, o diretor-geral do DNPM, Elmo Serejo Farias e o deputado federal Alcides Lima (PFL/RR).

ASSINATURAS

As diretorias da Associação Mato-Grossense de Ecologia (AME) e da União Protetora do Meio Ambiente Natural (Upan) entregaram ao secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Sérgio Guimarães, mais um abaixo assinado, desta vez com 2.917 assinaturas pedindo o cumprimento da deliberação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que proíbe a atividade de garimpagem nas regiões de Poconé, e Livramento, consideradas portas de entrada do Pantanal. Com a nova coleta eleva-se para 5.087 o número de assinaturas recolhidas este ano pelas entidades em estados do Brasil e países como Argentina, Venezuela, México e Itália encaminhadas ao governo de Mato Grosso pedindo o fechamento dos garimpos da região pantaneira.

O secretário Sérgio Guimarães disse aos ecologistas que sua posição é pelo cumprimento da deliberação do conselho que proíbe a garimpagem na região e que vai discutir o assunto com o governador Carlos Bezerra nos próximos dias.